

Lier Pires Ferreira Júnior
Verônica Zarete Chaparro
Coordenadores

CURSO DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

Autores:

CARLOS EDUARDO MARINS DOS SANTOS,
ELIANE GOMES BRAZ,
ELIZABETH ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA,
FABIANA D'ANDREA RAMOS,
FLAVIA DO VALLE ROCHA,
GILZA ANNA DE SOUZA,
JORGE ANTONIO PEDROSO JUNIOR,
JOSÉ RUSSO,
JULIANA KALICHSZTEIN,
LIER PIRES FERREIRA JUNIOR,
LUIZ EDUARDO DE QUEIROZ CARDOSO JUNIOR,
LUIZ IVANI DE AMORIM ARAÚJO,
MARCELO DAVID GONÇALVES,
NATALIA MIZRAHI LAMAS,
OSVALDO AGRIPINO DE CASTRO JUNIOR,
RAFAEL BAPTISTA BALERON,
SIDNEY GUERRA,
SILVIO JAVIER BATTELLO CALDERON,
VERONICA ZARATE CHAPARRO

Freitas Bastos Editora



<http://bdjur.stj.gov.br>

Localização: 341.9

C977d

Código de barras: STJ00064260

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO
NA PUBLICAÇÃO (CIP)

C986

Curso de direito internacional privado / [Lier Pires Ferreira Júnior,
Verônica Zarete Chaparro, coordenadores] - Rio de Janeiro: Freitas
Bastos, 2006

758p.; 21cm.

Inclui bibliografia

ISBN-85-353-0340-5

1. Direito internacional privado. 2. Direito internacional privado -Brasil.

I. Ferreira Júnior, Lier Pires, 1969. II. Zarete Chaparro, Verônica

CDD-341.9



ÍNDICE

PARTE I – Aspectos Gerais do DIPRI

CAP. I - Introdução ao Direito Internacional Privado	3
Eliane Braz	
1.1. Abrangência da Disciplina	3
1.2. Conceito e Objeto	6
1.2.1. Dificuldades de definição da disciplina	6
1.2.2. Objetivo	6
1.2.3. Objeto	7
1.2.4. Conceito	10
1.3. Direito Uniforme e Codificação	11
1.4. História e principais doutrinas	19
1.4.1. Antiguidade	19
1.4.2. Idade Média	20
1.4.3. A Doutrina do Século XIX: os fundamentos do DIPRI hoje	25
Leitura Complementar	26
Resumo do Capítulo	27
Estudo Dirigido	28
Referências Bibliográficas	30
CAP. II - O Direito Internacional Privado no Brasil	31
Silvio Javier Battello	
2.1. Introdução	31
2.2. O Direito Internacional Privado no Brasil Colônia	32
2.3. Do Império à República: primeiros ensaios da disciplina no Brasil	35
2.3.1. Teixeira de Freitas	38
2.3.2. Pimenta Bueno	42
2.3.3. Clóvis Beviláqua	46
2.4. A Lei de Introdução ao Código Civil	49
2.5. A força doutrinária do DIPRI no Brasil	52
2.5.1. Rodrigo Octavio Langard de Menezes	52
2.5.2. Eduardo Espínola	53
2.5.3. Pontes de Miranda	54
2.5.4. Oscar Tenório	55
2.5.5. Haroldo Valladão	56
2.5.6. Amílcar de Castro	56
2.5.7. Luis Ivani de Amorim Araújo	57
2.5.8. Irineu Strenger	58
2.5.9. Jacob Dolinger	58
2.5.10. Carmem Tibúrcio	59



2.5.11. Marilda Rosado de Sá Ribeiro	59
2.5.12. Nadia de Araújo	60
2.5.13. Claudia Lima Marques	60
2.5.14. Florisbal de Souza Del' Olmo	61
Leitura Complementar	62
Resumo do Capítulo	65
Estudo Dirigido	66
Referências Bibliográficas	67
CAP. III - Fontes, Fundamentos, Métodos	69
Luís Ivani de Amorim Araújo	
Carlos Eduardo Marins dos Santos	
3.1. Fontes e Fundamentos: considerações iniciais	69
3.2. Fundamentos: de onde o DIPRI retira sua obrigatoriedade?	73
3.3. Fontes: (Lei, Tratado Internacional, Jurisprudência, Doutrina, Costume e Atos Unilaterais)	75
3.4. Qualificação e Elementos de Conexão	77
3.4.1. Lex rei sitae e Lex fori	77
3.4.2. Sistema da Territorialidade	79
3.4.3. Sistema da Nacionalidade	83
3.4.4. Sistema do Domicílio	89
3.4.5. Autonomia da Vontade	90
3.4.6. Outros Elementos de Conexão	90
3.5. Métodos de Escolha da Lei Aplicável	90
Leitura Complementar	91
Resumo do Capítulo	114
Estudo Dirigido	115
Referências Bibliográficas	116
CAP. IV Nacionalidade	118
Juliana Kalichsztein	
4.1. Nacionalidade: aspectos preliminares	118
4.1.1. Conceito	119
4.1.2. Competência	119
4.1.3 Nacionalidade x Naturalidade x Cidadania	120
4.1.4 Modalidades de Nacionalidade	121
4.1.5. Critérios para Aquisição da Nacionalidade	123
4.1.6. "Conflitos" de Nacionalidade	126
4.1.7. O Instituto da Nacionalidade no Direito Brasileiro	128
4.1.8. Estudos de Caso	133
4.2. Naturalização	134
4.2.1. Conceito	134



4.2.2. O Instituto da Naturalização e Suas Modalidades no Direito Brasileiro	136
4.2.3. Natureza Jurídica	138
4.2.4. Procedimento para Concessão da Naturalização	140
4.3. Direitos Especiais dos Portugueses	143
4.4. Perda da Nacionalidade	145
4.5. Reaquisição da Nacionalidade - Efeitos	149
Leitura Complementar	151
Resumo do Capítulo	151
Estudo Dirigido	153
Referências Bibliográficas	153
CAP. V - Condição Jurídica do Estrangeiro	155
Verônica Zárate Chaparro	
5.1. Introdução: Migração Internacional	155
5.2. Condição Internacional do Estrangeiro	156
5.3...Condição do Estrangeiro no Brasil	161
5.4. Direito à Livre Circulação Internacional	163
5.5. Sistema de Admissão do Estrangeiro no Brasil	169
5.6. O Estrangeiro em Face do Asilo	172
Leitura Complementar	176
Resumo do Capítulo	179
Estudo Dirigido	180
Referências Bibliográficas	181
CAP. VI - Medidas de Retirada Compulsória do Estrangeiro	183
Lier Pires Ferreira Júnior	
6.1. Aspectos Preliminares	183
6.2. Deportação, Repatriação e Impedimento de Entrada	185
6.3. Expulsão	190
6.4. Extradição e Entrega	196
Leitura Complementar	
Resumo do Capítulo	
Estudo Dirigido	
Referências Bibliográficas	
PARTE II - Direito Processual Civil Internacional	
CAP. VII - Introdução ao Direito Processual Civil Internacional	233
Lier Pires Ferreira Júnior	
Luís Eduardo Queiroz Cardoso Júnior	
7.1. Considerações Iniciais	234
7.2. Conceito e Objeto	234
7.3. Princípios do Processo Civil Internacional	238



7.4. Competência Internacional	244
7.4.1. Competência Concorrente	246
7.4.2. Competência Exclusiva	248
7.5. Imunidade de Jurisdição	250
7.5.1. Imunidade de Jurisdição no Brasil	251
7.6. Inviolabilidade Diplomática	255
Leitura Complementar	256
Resumo do Capítulo	266
Estudo Dirigido	267
Referências Bibliográficas	267
CAP. VIII - Aplicação e Prova e Interpretação do Direito Estrangeiro	269
Fabiana D'Andrea Ramos	
Luís Eduardo de Queiroz Cardoso Júnior	
8.1. Preceitos Básicos	296
8.1.1. Aplicação do Direito	273
8.1.1.1. Interpretação	275
8.1.1.2. Questão Prévia	277
8.1.1.3 Adaptação	279
8.1.1.4. Instituição Desconhecida	281
8.1.1.5. Reenvio	282
8.1.1.6. Conflito Móvel	283
8.1.2. Limites à aplicação do Direito Estrangeiro	284
8.1.2.1. Ordem Pública	284
8.1.2.2. Fraude à Lei	291
8.1.2.3. Direitos Adquiridos	291
8.2. Prova	292
8.3. Homologação de Sentença Estrangeira	293
8.4. Carta Rogatória	296
8.4.1. Convenções Internacionais sobre Carta Rogatória	296
8.4.2. Carta Rogatória no Brasil	298
8.4.3. Ordem Pública	302
8.5. Caução	305
Leitura Complementar	307
Resumo do Capítulo	310
Estudo Dirigido	311
Referências Bibliográficas	311
CAP. IX - Arbitragem Internacional	313
Gilza Anna de Souza	
9.1. Arbitragem e sua evolução	313
9.2. Natureza Jurídica	319



9.3. Procedimento Arbitral	323
9.3.1. cláusula Compromissória	323
9.3.2. Compromisso Arbitral	324
9.3.3. Sentença Arbitral	325
9.4. Medidas Cautelares	335
9.4.1. Tipos de Medidas Cautelares	327
9.4.2. Precedentes Judiciais	328
9.4.3. Homologação de Sentença Arbitral Estrangeira	330
9.5. Legislação que dispõe sobre o uso da arbitragem	332
Leitura Complementar	333
Resumo do Capítulo	356
Estudo Dirigido	356
Referências Bibliográficas	357

Parte III - Temas de Direito Civil Internacional

CAP. X - O Direito das Obrigações	361
-----------------------------------	-----

Oswaldo Agripino de Castro Jr

10.1. Introdução	361
10.2. Obrigações e Contratos Internacionais de Compra e Venda	366
10.3. A Internet como meio de celebração do contrato	366
10.4. Contrato	368
10.5. Contrato Internacional de Compra e Venda Internacional	372
10.6. A Formação do Contrato Internacional de Compra e Venda	375
10.7. A Oferta	376
10.8. A Aceitação	379
10.9. Lei e Foro aplicável ao Contrato Internacional de Compra e Venda e Cláusula de adaptação ou hardship	385
10.10. A autonomia da vontade nos contratos internacionais	385
10.11. A cláusula da eleição de foro nos contratos internacionais	393
10.12. Cláusula de adaptação ou hardship	397
10.13. Considerações Finais	399
Leitura Complementar	400
Resumo do Capítulo	403
Questões Básicas	404
Referências Bibliográficas	409

CAP. XI - O Direito das Coisas	409
--------------------------------	-----

Flávia do Valle Rocha

Natália Mizrahi Lamas



11.1. Introdução ao direito das coisas na perspectiva internacional	409
11.2. O art. 8º, LICC, o art 10º; ICC, o art: 10º, Anteprojeto de Lei nº 4.905 e o Código Bustamante: breve linhas comparativas	412
11.3. O caput do art, 8º, LICC	415
11.4. O § 1º do art. 8º, LICC	419
11.5. O § 2º do art. 8º, LICC	421
Leitura Complementar	421
Resumo do Capítulo	423
Estudo Dirigido	424
Referências Bibliográficas	424
CAP. XII - O Direito de Família e das Sucessões	426
José Russo	
12.1. Considerações sobre o Direito de Família	427
12.2. O casamento no Direito brasileiro	429
12.2.1. Casamento civil	430
12.2.2. Casamento religioso com efeitos civis	431
12.2.3. Casamento diplomático	433
12.2.4. O regime de bens no casamento com a nova: configuração apresentada pelo Código Civil de 2002	437
12.3. Dissolução do casamento no Brasil	438
12.3.1. Homologação da sentença estrangeira de divórcio	441
12.3.2. Efeitos no Brasil da homologação, de sentença estrangeira de divórcio	443
12.4. A união estável no Direito de Família brasileiro	445
12.4.1. Regime de bens na união estável	448
12.5. Família Monoparental	449
12.5.1. A incompreensível omissão da monoparentalidade no Código Civil de 2002	450
12.6. Tutela	451
12.7. Curatela	451
12.8. Adoção	452
12.9. Considerações sobre o Direito das Sucessões	453
12.9.1. Sucessão a título singular	454
12.9.2. Sucessão a título universal	454
12.9.3. Sucessão legítima	454
12.9.4. Sucessão testamentária	454
Leitura Complementar	456
Resumo do Capítulo	457
Estudo Dirigido	458
Referências Bibliográficas	459



CAP. XIII - O Direito Empresarial Internacional com ênfase no Direito do Petróleo	461
Jorge Antônio Pedroso Júnior	
Rafael Baptista Baleroni	
13.1. Introdução: A Atividade Empresarial Internacional	461
13.2. Sociedades Estrangeiras e Sociedades Nacionais	468
13.2.1. Nacionalidade das Pessoas Jurídicas	468
13.2.2. A Atuação do Empreendedor Internacional	470
13.2.3. Noção do Regime Jurídico dos Investimentos Estrangeiros no Brasil	472
13.3. Joint Ventures Internacionais	473
13.4. Project Finance – Noções Básicas	476
13.5. O Petróleo como Bem Juridicamente Valorado	481
13.5.1. Antecedentes do Regime Jurídico Brasileiro para o Petróleo	483
13.5.2. Características do Regime Jurídico do Petróleo no Brasil	485
13.5.13. As Joint Ventures e a Indústria do Petróleo	488
Leitura Complementar	489
Resumo do Capítulo	491
Estudo Dirigido	493
Referências Bibliográficas	493
 CAP. XIV - O Direito Internacional Marítimo	 498
Marcelo David Gonçalves	
14.1. Introdução: O Direito Internacional Marítimo	498
14.2. Evolução Normativa	500
14.3. Tipos de Navios	504
14.4. Os Espaços Marítimos Sujeitos à Jurisdição Nacional	506
14.4.1. Águas interiores	506
14.4.2. O Mar Territorial	506
14.4.3. A Zona Contígua	512
14.4.4. A Zona Econômica Exclusiva	512
14.4.5. A Plataforma Continental	514
14.5. Os Espaços Marítimos Não Sujeitos à Jurisdição Nacional	516
14.5.1. O Alto-Mar	516
14.5.2. A Área ou as Grandes Profundezas	518
Leitura Complementar	518
Resumo do Capítulo	519
Estudo Dirigido	520
Referências Bibliográficas	521



CAP. XV - O Direito Internacional Privado em uma Perspectiva Comparada: Cooperação Judiciária no Mercosul e na União Européia	523
Elizabeth Accioly	
Sidney Guerra	
15.1. Introdução	524
15.2. A Cooperação Judiciária do Mercosul	527
15.3. O Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em matéria civil, comercial, trabalhista e administrativa – "Protocolo de Las Leñas"	529
15.4. A cooperação judiciária na União Européia	539
15.5. O reconhecimento de sentenças estrangeiras em matéria civil e comercial - "Bruxelas I"	541
15.6. O reconhecimento de sentenças estrangeiras em matéria matrimonial e de poder familiar - "Bruxelas II"	547
15.7. Considerações Finais	551
Leitura Complementar	551
Resumo do Capítulo	553
Estudo Dirigido	553
Referências Bibliográficas	554
Parte IV - Questões de Concurso & Ementário	
Questões de Concurso	561
Ementário	665

